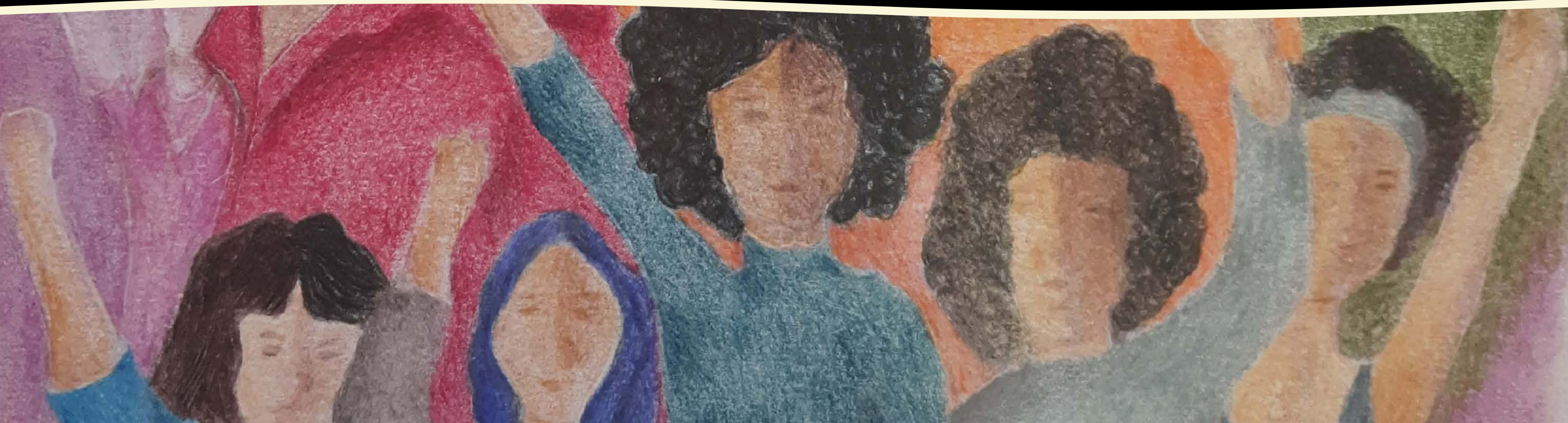


Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

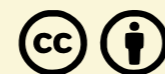
Feminismos e Serviço Social

v.32 n.1

Jan-Jun/2022

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA
Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA
Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA
Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO
Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE
Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORA ASSOCIADA
Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORAS AD HOC v.32 n.1
Gláucia Lelis Alves
Luana Siqueira

EDITOR TÉCNICO
Fábio Marinho

REVISÃO
Nicole Leal
Andréa Garcia Tippi (tradução; resenha)
Andrea Moraes Alves (temas livres; 8º ensaio)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL
Angela Santana do Amaral UFPE
Antônio Carlos Mazzeo USP
Arthur Trindade Maranhão Costa UNB
Christina Vital da Cunha UFF
Clarice Ehlers Peixoto UERJ
Elenise Faria Scherer UFAM
Ivanete Boschetti UFRJ
Jean François Yves Deluchey UFPA
Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ
Marcos César Alvarez USP
Maria Cristina Soares Paniago UFAL
Maria Helena Rauta Ramos UFRJ
Maria das Dores Campos Machado UFRJ
Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ
Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ
Ranieri Carli de Oliveira UFF
Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO
Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS
Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA
Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ

Publicação indexada em:
[Latindex](#)
[Portal de Periódicos da Capes](#)
[IBICT](#)
[Base Minerva UFRJ](#)
[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos
CEP 22.290-240
Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br


(55) (21) 3938-5386


Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).


 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.



Gláucia Lelis Alves. Sem Título, 2021.

Sumário

ARTIGOS TRADUÇÃO	Relações entre a covid-19, sexismo e racismo no Brasil: uma análise da economia feminista <i>Margarita Olivera (tradução: Carolina Castellitti)</i>	5
ARTIGOS TEMAS LIVRES	Pandemia e Saúde do trabalhador: uma análise sobre a precarização do trabalho <i>Ana Carolina de Freitas Campos & Mariane Suzze Pereira</i>	24
EDITORIAL DOSSIÊ	Feminismos e Serviço Social <i>Gláucia Lelis Alves & Luana de Sousa Siqueira</i>	42
ENSAIOS DOSSIÊ	Totalidade, reprodução social e divisão sexual-racial do trabalho no capitalismo dependente <i>Clara Gomide Saraiva</i>	48
	Contribuições do método marxista para compreensão do enovelamento, consubstancia Opressão/Exploração <i>Qelli Viviane Dias Rocha</i>	74
	Aleksandra Kollontai: Uma História de Ocupação dos Espaços Não Autorizados <i>Natalia Perdomo dos Santos</i>	98
	Contribuciones de Clara Zetkin para entramados socialistas y feministas <i>María Cecilia Espasandín</i>	124
	Pandemia da Covid-19 e divisão social do trabalho na (re)produção capitalista na atualidade <i>Camila Carduz Rocha</i>	148
	Feminismo e Serviço Social no enfrentamento à violência obstétrica <i>Mirla Cisne & Raíssa Paula Sena dos Santos</i>	173
	Formação acadêmico-profissional e o debate da humanização do parto numa perspectiva feminista-antirracista <i>Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso et alia</i>	199
	A lei de alienação parental e a lei da guarda compartilhada obrigatória: para o melhor interesse da manutenção da violência contra mulheres/mães e crianças <i>Alessandra Pereira de Andrade & Sibebe de Lima Lemos</i>	226
	(Des)criminalização do aborto e Serviço Social: desafios para o cotidiano profissional <i>Thais de Biazzi Oenning & Esther Luiza de Souza Lemos</i>	245
	Experienciando uma formação feminista interseccional: Contribuições ao serviço social <i>Rachel Gouveia Passos et alia</i>	263
RESENHA	Assistência Social em debate: interfaces de uma política em construção, de Fátima Valéria Ferreira de Souza (org.) <i>por Renato Francisco dos Santos Paula</i>	279

 Você está aqui.



Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pandemia da Covid-19 e divisão social do trabalho na (re)produção capitalista na atualidade

Divisão social, racial/étnica, cis-hetero-binária-generificada, territorial/internacional do trabalho

Teoria da Reprodução Social

Covid-19

Crise da reprodução social

O presente artigo pretende contribuir com elementos teóricos que propiciem a reflexão sobre a relação entre a divisão social, racial/étnica, cis-hetero-binária-generificada, territorial/internacional do trabalho, a Teoria da Reprodução Social e a luta de classes no contexto da crise estrutural do capital, agudizada na atualidade pela pandemia da Covid-19. Trata-se da análise-chave sobre as relações entre classe, raça, gênero, sexualidade e territorialidade para compreender a concretude das opressões na exploração capitalista.

Camila Carduz Rocha

Assistente social, mestre em serviço social (UFRJ).

camilacarduzrocha@yahoo.com

The Covid-19 pandemic and the social Division of labor in current capitalist (re)production

This article aims to provide theoretical elements to reflect on the relation between the social, racial/ethnic, cis-hetero-binary-gendered, territorial/international division of labor, the Social Reproduction Theory and the class struggle in the context of the structural crisis of capital, aggravated today by the pandemic of Covid-19. It is the key analysis of the relations between class, race, gender, sexuality and territoriality to understand the concreteness of oppressions in capitalist exploitation.

Social, racial/ethnic, cis-hetero-binary-gendered, territorial/international division of labor

Social Reproduction Theory

Covid-19

Social reproduction crisis





Introdução

A pandemia da Covid-19 colocou em evidência, como nunca, a importância do cuidado com a sustentabilidade da vida, aprofundando não só a crise que já assolava as condições de sobrevivência da maioria da população do mundo, a classe trabalhadora, como também a crise da reprodução social.

Hospitais e instalações de cuidados estão colapsados e sem capacidade, insumos e profissionais para atender as(os) afetadas(os) pelo vírus. O trabalho reprodutivo nas casas e nas comunidades está sendo levado até seu limite, com as mulheres e meninas mais uma vez sobrecarregadas com as tarefas domésticas e/ou de cuidados. As crianças e adolescentes estão privadas de seus espaços de socialização e sem acesso à educação presencial. Nos países de capitalismo dependentes, como o Brasil, onde está ocorrendo uma intensa agudização das refrações da “*questão social*”, são as redes comunitárias de solidariedade que estão tentando garantir o abastecimento de água e alimentos, os cuidados das crianças e outras necessidades básicas, porque o Estado só se faz presente com sua força repressiva e sua necropolítica.

Na *Nossa América*¹, a organização do cuidado e da reprodução social está estruturada principalmente sobre a exploração do trabalho reprodutivo remunerado de mulheres negras, originárias e (i) migrantes e no trabalho reprodutivo não remunerado das mulheres no geral. Em apenas um ano de pandemia pudemos constatar como essas populações foram particularmente afetadas na luta pela sobrevivência cotidiana, em todos os âmbitos.

As consequências da Covid-19 sobre determinadas parcelas da população não podem ser entendidas apenas como um detalhe, porque remetem à própria determinação do ser social e à relação entre ser social e a reprodução social no capitalismo. Remetem, portanto, ao papel de uma divisão social, racial/étnica, cis-hetero-binária-generificada, territorial/internacional do trabalho na (re) produção capitalista².

No Brasil, sem medidas urgentes que garantam o distanciamento físico, as condições básicas de higienização e de cuidados, a testagem ampla da população, a vacinação universal, um auxílio emergencial que responda ao atendimento das necessidades da população trabalhadora e a reversão das (contra-)reformas





neoliberais aprofundadas pelo governo Bolsonaro, que desmontaram ainda mais a Seguridade Social pública, nossas(os) mais de 400.000 mortas(os) nos colocam diante de um cenário desastroso em que a pergunta de Rosa Luxemburgo (1916) permanece vigente: “*socialismo ou barbárie?*”. Portanto, faz-se necessário que pesquisas acadêmicas e a produção teórica de corte marxista se debrucem sobre esta questão.

Este artigo pretende contribuir com elementos teóricos que propiciem a reflexão sobre a relação entre trabalho reprodutivo, divisão social do trabalho e luta de classes no contexto da crise estrutural do capital, agudizada na atualidade pela pandemia da Covid-19. Reflexão que consideramos importante para o Serviço Social, na formação e o trabalho profissional, se compreendemos que o campo sócio-ocupacional predominante da profissão se desenvolve na esfera da reprodução social e intervém diretamente na reprodução da força de trabalho.

Apresentaremos dados sobre a conjuntura atual da pandemia no Brasil, recuperaremos alguns dos debates entre marxismo e feminismo que contribuíram com o debate da reprodução social e, finalmente, apontaremos algumas das elaborações da Teoria da Reprodução Social (TRS) marxista, perspectiva que consideramos que é a que responde aos desafios da luta de classes na atualidade.

Conjuntura da pandemia da Covid-19 como novo detonante da crise de (re)produção do capitalismo

Vivemos um cenário em que os *defeitos estruturais* do sistema do capital não podem ser mais administrados, gerando uma crise estrutural e orgânica do capital (MÉSZÁROS, 2011)³. Neste cenário, tem-se aprofundado a divisão social do trabalho, no marco do desdobramento da crise precipitada em 2007-2008 com epicentro nos Estados Unidos da América do Norte, cujas dimensões econômicas, políticas, sociais, geopolíticas, éticas e ambientais se fizeram sentir em *Nossa América* com uma onda neofascista e/ou neoconservadora, que se intensifica a partir de 2015, da ofensiva burguesa contra os povos.

Para Battacharya (2019), a resposta do capital para o enfrentamento de suas crises passa por reestruturar a (re) produção através da reconfiguração internacional das relações de (re)produção e de trabalho capitalistas, reforçando também as



identidades de gênero e a recirculação de certas ideologias sobre a família da classe trabalhadora. O capital descarrega o ônus da sua crise de acumulação no setor mais precarizado da classe trabalhadora – nas mulheres dos setores mais pauperizados, em sua maioria mulheres racializadas como negras e indígenas e (i)migrantes. Nancy Fraser (2017) aponta para uma “*crise dos cuidados*”, uma crise da reprodução social no geral, associada à crise do capital, uma expressão das próprias contradições essenciais do capitalismo imperialista e neoliberal, portanto, impossível de ser superada com reformas e políticas sociais.

No Brasil, a pandemia da Covid-19 se desenvolve sobre a realidade de 30 anos de neoliberalismo, de precarização do trabalho, de retirada de direitos sociais, pauperização da vida da classe trabalhadora, de desmonte dos mecanismos de proteção social, de feminização da força de trabalho, de financeirização da vida cotidiana e de criminalização da pobreza. A própria dinâmica da (re)produção capitalista traz consigo dificuldades para o enfrentamento da pandemia, que por sua vez também tem servido para acelerar e intensificar a precarização das condições materiais da vida, tão necessária para a acumulação de capital.

O ano de 2020 inicia completando um ano do *mau* governo Bolsonaro, com retrocessos importantes para a classe trabalhadora e expressões de resistência e lutas. Cortes orçamentários em saúde e educação públicas com consequências impactantes para as(os) usuárias(os) destes serviços, reajuste do salário-mínimo abaixo do valor previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), reformas da Previdência, nos Ministérios, violência no campo, desapropriações, criminalização dos movimentos sociais e de sua militância, violência policial, massacres e chacinas principalmente contra a população jovem e negra, perseguições e retiradas de direitos dos povos originários e crimes ambientais (Brumadinho, Amazônia e Pantanal). Assim como as expressões declaradas de sexismo, misoginia, racismo e bi, lesbo, trans, homofobia por parte do presidente e de representantes de seu governo são apenas alguns exemplos (de tantos outros mais) da realidade neoconservadora e reacionária que tem enfrentado uma situação inesperada: a proliferação em todo o mundo do coronavírus Covid-19, detonando um novo cenário de acirramento das contradições já existentes, produto da crise estrutural do capital.



A situação de pandemia da Covid-19 pôs ainda mais em evidência a falência do capitalismo para a maioria da população do mundo, e, especialmente para aquela parcela que não se expressa ou não é reconhecida como “sujeito universal” - homem burguês, branco, heterossexual, oriundo do centro do capitalismo, cujos interesses também se universalizam como sendo de todas(os). Para as mulheres em geral, mas particularmente para as mulheres racializadas como negras e/ou indígenas, bem como para a população negra em geral e para as dissidências de gênero e de sexualidade, a pandemia agudiza a dimensão da desigualdade estrutural que se expressa em todos os aspectos da vida social como parte da própria reprodução capitalista, a ser compreendida. Torna, assim, cada vez mais comuns as injustiças que já ocorrem cotidianamente, em particular no que se refere às violências (física, econômica, política, sexual, emocional etc.).

Não é de surpreender que as populações negras em países anteriormente coloniais da *Nossa América* fossem especialmente afetadas pelo vírus, tanto no que diz respeito às cifras das mortes, quanto à situação econômica e social. No município de São Paulo, por exemplo, cuja população é 40% negra, o número de mortes desta população foi quase três vezes maior do que a da população branca (PÓLIS, 2020).

As mulheres passaram a ser ainda mais exploradas e sobrecarregadas na realização dos trabalhos reprodutivos, conhecidos como trabalhos domésticos e/ou de cuidados. Segundo o relatório “*Sem parar, o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*” da SempreViva Organização Feminista (SOF, 2020), 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia. No caso das mulheres rurais esse percentual alcança 62% das entrevistadas. O relatório aponta, ainda, que 41% das mulheres que continuaram trabalhando durante a pandemia de maneira remunerada afirmaram estar trabalhando mais na quarentena, e 40% das mulheres afirmaram que a pandemia e a situação de distanciamento físico colocaram o sustento da casa em risco. Delas, 55% são mulheres negras, que tinham como dificuldades principais o pagamento de contas básicas ou do aluguel.

São mulheres que, historicamente, além de ter que garantir o sustento de suas famílias através do trabalho formal ou informal, realizam duplas ou triplas jornadas, porque também





são as principais responsáveis pelo conjunto dos trabalhos reprodutivos. Suas jornadas laborais domésticas se intensificaram e aumentaram principalmente com a suspensão das aulas presenciais e das instituições de contraturno para crianças e adolescentes etc. Além disso, foi um desafio para mães e estudantes, principalmente negras(os), prosseguirem com o ensino virtual (FERREIRA; SILVA, 2020); o aumento da evasão escolar é preocupante. A organização do cuidado estruturada principalmente na exploração do trabalho reprodutivo remunerado de mulheres negras e no trabalho reprodutivo não remunerado das mulheres em geral ficou evidente durante a pandemia da Covid-19 (NOGUEIRA; PASSOS, 2021).

O distanciamento físico, a sobrecarga de trabalho e a precarização da vida intensificaram a violência contra mulheres e meninas (ONU MUJER, 2020). Não surpreende, tampouco, que as violências de gênero tenham aumentado de maneira exponencial: 91% das mulheres percebem que a violência doméstica aumentou ou se intensificou durante o período de distanciamento físico (SOF, 2020). O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do governo Bolsonaro, divulgou em 07 de março de 2021 o balanço de dados sobre violência contra a mulher dos canais de denúncias do governo: em 2020, foram 105.671 denúncias de violência contra a mulher registradas nas plataformas do Ligue 180 e do Disque 100. Desse total, 72% são referentes à violência doméstica e familiar (violência de gênero) contra a mulher, incluindo ação ou omissão que causem morte, lesão, sofrimento físico, abuso sexual ou psicológico. Ainda estão na lista, os danos morais ou patrimoniais (SOUTO; BRANDALLISE, 2021).

Sabemos que essas cifras, apesar de alarmantes, estão subnotificadas. Isto porque, no geral, as mulheres encontram muitas dificuldades e resistências para efetivar as denúncias. Também a violência contra as dissidências de gênero e de sexualidade, a bi, lesbo, trans, homofobia por parte dos próprios membros da família tornou-se uma das principais barreiras para o bem-estar, a saúde psicológica e a integridade física dessa população, com até mesmo ameaças de estupro corretivo sendo registradas entre outras violências sexuais, assim como de abuso, maltrato e discriminação (ACNUR, 2020).

A situação da população imigrante é também preocupante. “Em outubro, um levantamento organizado pela Repórter Brasil, a





partir dos registros de fiscalizações do Ministério da Economia, revelou que 93,1% das mulheres resgatadas de situações de trabalho análogo à escravidão na capital paulista são imigrantes” (STROPASOLAS, 2020).

Também cresceu a violência contra a população trans: de janeiro a outubro de 2020 houve um aumento de 47% em relação ao mesmo período de 2019. A maioria das vítimas era mulheres trans negras. No país, uma pessoa trans é assassinada a cada 48 horas durante a pandemia. Estima-se que 70% da população de travestis e mulheres transexuais não conseguiram acesso às políticas emergenciais do Estado (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

Os grupos populacionais, que fazem parte da classe trabalhadora, que antes da pandemia já vinham sofrendo com a crise, agora vivem um agravamento ainda maior das suas situações devido à precarização histórica de suas vidas, com perdas significativas em suas rendas e enfrentando piores condições para o enfrentamento do vírus e para a reprodução material da vida no geral. É bastante simbólico que a primeira pessoa que faleceu vítima da Covid-19 no Brasil tenha sido uma mulher negra, Ana Maria Gonçalves, de 63 anos, trabalhadora doméstica no Leblon, residente em Miguel Pereira, no Rio de Janeiro, que foi contagiada por sua “patroa” quando esta retornou de uma viagem à Itália.

A tragédia é tanta que, depois de 120 anos de crescimento contínuo, em abril de 2021, a população do Brasil acusa, pela primeira vez na história, um registro de número de mortes superior ao de nascimentos na região Sudeste, de acordo com dados da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais disponibilizados no Portal da Transparência. Além das mais de 400.000 mortes até o momento, a pandemia, o distanciamento físico, o colapso dos serviços de saúde, o fechamento de instituições educativas, fizeram com que “muitas mulheres e casais, na hora que viram o sistema colapsando, o mercado de trabalho com 32 milhões de desempregadas/os, adiaram a decisão reprodutiva”, disse José Eustáquio Diniz Alves, doutor em demografia (VIEIRA, 2021).

Enquanto isso, segundo o Comitê de Oxford para Alívio da Fome - Brasil (OXFAM BRASIL, 2021),

[...] os bilionários acumularam US\$ 3,9 trilhões entre 18 de março e 31 de dezembro de 2020 – a riqueza total deles hoje é de US\$ 11,95





trilhões, o equivalente ao que os governos do Grupo dos 20 (G20) gastaram para enfrentar a pandemia. Só os 10 maiores bilionários acumularam US\$ 540 bilhões nesse período.

No decorrer do ano, “o vírus matou mais de dois milhões de pessoas pelo mundo e tirou emprego e renda de milhões de pessoas, empurrando-as para a pobreza. Enquanto isso, os mais ricos – indivíduos e empresas – estão prosperando como nunca” (OXFAM BRASIL, 2021).

Os dados apresentados mostram como a Lei Geral da Acumulação Capitalista, descoberta por Marx, está vigente e se expressa nas refrações da “*questão social*”. A burguesia aumenta e acumula a sua riqueza por meio do aumento da pauperização e da degradação da vida da classe trabalhadora, que, por sua vez, resiste à exploração e luta por melhores condições de vida. A “*questão social*” é expressão não só das desigualdades sociais, mas também da luta de classes.

A análise marxiana da ‘lei geral da acumulação capitalista’, contida no vigésimo terceiro capítulo do livro publicado em 1867, revela a anatomia da ‘questão social’, sua complexidade, seu caráter de corolário do desenvolvimento capitalista em todos os estágios (NETTO, 2001, p. 45).

Ao mesmo tempo, revela o caráter das clivagens de raça, gênero, sexualidade, territorialidade, dentre outras, como dimensões indissociáveis da divisão social do trabalho, bem como confere ainda maior centralidade para a compreensão do papel do trabalho de cuidado, e do trabalho reprodutivo em geral, no conjunto da reprodução material da vida sob o modo de (re) produção capitalista.

A teórica feminista Nancy Fraser (2017) observou como o capitalismo, em suas diferentes expressões históricas, tem se sustentado em distintas formas de reprodução social, isto é, por um conjunto de relações sociais reprodutivas com suas respectivas características e instituições. Em cada expressão do desenvolvimento capitalista, portanto, as condições de reprodução social para a (re)produção capitalista vêm assumindo uma forma institucional diferente, produto das contradições das transformações das relações sociais de trabalho e de (re)produção, encontrando, também expressão em um conjunto diferente de fenômenos de crise.





O debate sobre o trabalho reprodutivo durante a Segunda Onda do Feminismo⁴

A crise da ordem do pós-guerra, o fim do *boom* econômico e seus rebatimentos em todo o mundo, teve em contrapartida um ascenso geral, de contestação e organização anticapitalista. É nesse contexto que o movimento feminista ressurgiu e se desenvolverá.

O novo feminismo afirmou-se e difundiu-se por todo o planeta na intersecção entre os movimentos estudantis e juvenis, o novo movimento operário, as lutas de libertação nacional, os movimentos anti-segregacionistas, o Black Power, que tiveram lugar em 68 e ao longo das décadas de sessenta e setenta” (ARRUZZA, 2010, p. 54).

Floresce não só a luta contra a exploração capitalista, senão contra todas as opressões que o capitalismo precisa para sustentar-se e perpetuar-se.

O que o feminismo da *Segunda Onda* (a partir das décadas de 1960 e 1970) traz de novo é a reivindicação de que os direitos conquistados, como o do sufrágio, sejam ampliados para uma participação real, e não residam apenas na formalidade da lei. Entram em confronto, portanto, com o igualitarismo (formal) pelo qual o feminismo burguês anterior vinha lutando e pelo qual o feminismo oficial, liberal, advogava e segue advogando. É o momento na história em que se dá uma importante ruptura de um setor expressivo da militância de mulheres (e também das negritudes, populações de orientação de gênero e sexualidades dissidentes) com o movimento operário e suas entidades de classe, fortalecendo as lutas conhecidas como identitárias, “a difusão, a força e a radicalidade das lutas das mulheres e sua elaboração teórica não teria sido imaginável sem o contexto favorável criado pelos movimentos de 68 e pelos subsequentes” (ARRUZZA, 2010, p. 34).

O trabalho, que aparece como uma reivindicação da *Primeira Onda*, das feministas de origem burguesa (como o direito de poder trabalhar fora de casa), que é também problematizado pelas socialistas e pelas revolucionárias bolcheviques (cujas reivindicações eram de melhores condições, igualdade salarial e socialização do trabalho reprodutivo), aparecerá como uma exigência central, mas com destaque para o trabalho doméstico





não remunerado. A consigna “o que chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado”, será uma demanda do *feminismo radical*, mas é realmente o *feminismo socialista*⁵ que a tratará com maior profundidade e, inclusive, manterá a reivindicação das históricas socialistas e bolcheviques de “socialização do cuidado”⁶.

O debate entre as socialistas sobre o trabalho doméstico é amplo e controverso; e vem acompanhado também do debate sobre a origem da opressão das mulheres e a tentativa de estabelecer um diálogo com o feminismo e, principalmente, com a corrente *radical*. É consenso que o método de Marx, assim como algumas de suas obras e de Engels, contribuíram para os debates sobre a exploração e opressão das mulheres no capitalismo, por: 1) desnaturalizar a origem da opressão, apontando sua raiz aos elementos históricos, econômicos e sociais ligados à produção, apropriação e distribuição do excedente e à reprodução da força de trabalho; 2) questionar a *família burguesa* (monogâmica, nuclear, heterossexual) a partir da reflexão sobre a *família patriarcal* da sociedade de classes, instituição fundamental para a acumulação de capital (assegura a hereditariedade da propriedade privada, tem a função ideológico-política de disciplinar a força de trabalho nos valores, costumes e moral da sociabilidade burguesa, garante a reprodução da força de trabalho através do trabalho doméstico realizado de maneira privada e sem custos para o capital); 3) mostrar a contradição entre produção-reprodução, que se materializa na naturalização do trabalho reprodutivo como sendo responsabilidade das mulheres e em uma dupla opressão para as mulheres-trabalhadoras, que realizam duplas jornadas; e 4) apontar a socialização do trabalho doméstico, a incorporação plena na produção da força de trabalho feminina, a igualdade na educação e no trabalho com os homens e a união livre entre os sexos como caminhos que levariam à superação da subordinação e opressão das mulheres na e pela família.

Contudo, também concordam que apesar de estes elementos aparecerem no pensamento de Marx e Engels, assim como em parte da tradição marxista, não houve um aprofundamento sobre a reprodução social, deixando uma brecha importante na própria análise sobre a reprodução capitalista. Esse problema não é meramente teórico, senão que é político. As organizações





de esquerda, progressistas, anarquistas, socialistas e comunistas, perderam militantes mulheres, negras(os), de identidades de gênero e orientação sexual dissidentes, que passaram a desacreditar nos partidos políticos e nas entidades de classes como forma de organização, por suas posições dogmáticas frente a categoria “*classe social*”, cujas dimensões de raça, gênero e sexualidade eram secundarizadas ou completamente abstraídas da luta de classes. O argumento era (e ainda é) de que a revolução anticapitalista seria a base para superar todas as opressões, portanto, as lutas específicas, chamadas de “identitárias”, deveriam ficar como questões a serem enfrentadas após a revolução.

Além disso, não foram (nem são ainda) incomuns na história das organizações de esquerda situações de assédio sexual e moral, de sexismo, de homofobia, de racismo, nas quais militantes mulheres, pessoas racializadas como não brancas, de identidades de gênero ou orientação sexual dissidentes expressaram ter vivido diversos tipos de violências. Portanto, a urgência que a própria dinâmica da luta de classes colocou de refletir sobre as opressões a partir da luta de classes motivou o aprofundamento sobre o debate da reprodução social.

Distanciando-se principalmente das teorias do *feminismo radical* e aproximando-se das abordagens teóricas associadas ao materialismo histórico-dialético, as feministas socialistas estavam comprometidas com entender a opressão da mulher como uma relação sociomaterial e histórica, intrínseca ao modo de (re)produção capitalista, e não como uma questão meramente cultural, comportamental ou ideológica. O debate sobre o trabalho doméstico passou a ser marcado pela busca dos fundamentos materiais e históricos da opressão da mulher nos termos e conceitos da crítica marxista da Economia Política.

Segundo Ferguson e McNally (2017), não foi até a década de 1970, apesar de antes a esfera doméstica já ter sido relacionada com o âmbito da produção, a partir de um artigo de Margaret Benson intitulado “*La economía política de la liberación de las mujeres*”, que considerava o trabalho doméstico como um trabalho produtivo (no sentido de Marx), que o trabalho das mulheres na família foi concebido como objeto de estudo. Benson propõe esse marco analítico argumentando que do trabalho doméstico depende a reprodução do capitalismo.





Na década seguinte, as feministas socialistas, sob esta perspectiva teórica, passaram a defender a teorização do trabalho doméstico como parte integral do modo de (re)produção capitalista. E a partir das tarefas cotidianas e invisibilizadas, como lavar, cozinhar e atender à família, passaram a discutir as categorias marxistas sobre o valor, a força de trabalho e a classe (FERGUSON; MCNALLY, 2017).

O debate sobre o caráter do trabalho doméstico ocupou, então, um importante lugar na discussão sobre a origem da opressão das mulheres⁷. Isto porque, por trás do debate sobre seu caráter produtivo ou improdutivo, assim como sobre se seu processo constituiria um modo de produção em si mesmo (distinto do modo capitalista), estava a discussão sobre a relação entre *capitalismo e patriarcado*.

Para Ferguson e McNally (2017), apesar de o debate sobre o trabalho doméstico ter chamado atenção para uma análise político-econômica marxiana da opressão das mulheres, suas conclusões também expressaram suas próprias limitações. A conclusão a que muitas chegaram de que o trabalho doméstico produzia valores-de-uso e, portanto, era improdutivo e que suas condições de realização não se configuravam sob a lógica das relações capitalistas de produção, tornando-o, portanto, um modo de produção próprio, levaram a concepções bastante parecidas com as do *feminismo radical*. Apesar de terem historicamente criticado as teorias do patriarcado do *feminismo radical*, as feministas materialistas e socialistas começam a teorizar o *patriarcado* sob as bases do materialismo histórico-dialético⁸.

Para Heidi Hartmann (1981), a categoria *patriarcado* das *feministas radicais*, baseada na dialética dos sexos, cujas raízes são biológicas e culturais, é universalizante, a-histórica e carece de uma explicação material (MORAES, 2019). Para a autora, a categoria *patriarcado* deve abranger a estruturas materiais nas quais ele se desenvolve, que estão sempre enraizadas em determinadas relações de produção que, por sua vez, alteram sua própria natureza. Fala-se, portanto, em *patriarcado escravista*, *patriarcado feudal* e *patriarcado capitalista* (ARRUZA, 2010). No que diz respeito à questão política, por serem capitalismo e patriarcado dois sistemas diferentes, seria necessária uma abordagem socialista e outra feminista para dar conta de responder às opressões das mulheres.





A *teoria dos dois sistemas*, que comportaria também outros sistemas como o *racismo* e o *heterossexismo*, foi criticada no interior do feminismo socialista porque, além de permitir que o marxismo tradicional mantivesse suas análises sobre o capitalismo também dualista, nas quais as análises sobre a estrutura do capitalismo continuasse inalterada, o tratamento da opressão das mulheres – e das demais opressões – se manteria também como algo secundário, um tema a mais para o marxismo se debruçar (FERGUSON; MCNALLY, 2017). Ou para o feminismo e demais movimentos resolverem por conta própria (ARRUZZA, 2010).

Iris Young (1981) faz uma crítica e a solução proposta é assumir o desafio de propor um aprofundamento do marxismo no sentido de uma teoria unitária, no qual o gênero seja um elemento central. Para a autora, que concorda que o marxismo tradicional sempre esteve cego ao gênero, a proposta é de que a categoria “divisão do trabalho por gênero” seja a categoria central dessa teoria unitária (FERGUSON; MCNALLY, 2017).

Segundo Ferguson e McNally (2017), apesar de a “teoria das relações de produção” de Young ter aberto a possibilidade de uma linha de pesquisa nova, sua proposta chegou em um momento de conjuntura desfavorável para a esquerda. O neoliberalismo, que com os governos de Margaret Thatcher (na Inglaterra) e Ronald Reagan (nos EUA), a partir de 1980, começa a fazer reverter todos os direitos conquistados pelos movimentos sociais e trabalhistas nas décadas anteriores no centro do capitalismo, coloca os grupos da esquerda e do ativismo diante de um recuo político. A fragmentação social, a cultura do consumismo, o culto ao particular e ao subjetivo, produto das teorias pós-moderna e pós-estrutural, eram “a marca de uma era pretensamente nova” (p. 31), o que toma mais força e alcance mundial com a crise e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviética.

Ferguson e MacNally (2017) recuperam que a influência do marxismo althusseriano de Michele Barret alimentou as abordagens pós-estruturalistas e pós-modernas no feminismo socialista, e que a orientação materialista da teoria social que havia distinguido suas teóricas nas discussões sobre o trabalho doméstico havia sido deslocada e rapidamente capturada por uma onda pós-estruturalista de alta teoria.





De acordo com Duriguetto (2009, p. 5), tanto o fim do Estado de Bem-Estar Social como o do denominado *socialismo real* levaram ao questionamento da existência da classe, enquanto categoria

unificadora e abrangente, as identidades foram se fragmentando e se reestruturando a partir de novos e múltiplos referenciais e interesses, sempre parciais, e não mais universais e abrangentes como antes. Ou seja, interesses universais e de classe são substituídos por objetivos grupais específicos e localistas dos *novos movimentos sociais*.

E,

[...] No lugar dos sujeitos, organizações e lutas políticas universais, como classes, partido e luta de classes, a crítica política pós-moderna defende a protagonização dos grupos particulares como de mulheres, homossexuais, minorias étnicas, que lutariam contra as diversas formas de poder e opressão presentes na vida cotidiana e dispersas por toda a sociedade civil (DURIGUETO, 2009, p. 5).

Contudo, apesar da difícil conjuntura de avanço do neoliberalismo para o pensamento marxista e os movimentos organizados de esquerda, socialistas e comunistas, houve importantes exceções, como a corrente “especificamente feminista marxista dentro do feminismo socialista” (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 32), que continuaram a análise da “reprodução social” a partir da crítica marxista da economia política.

Teoria da Reprodução Social (TRS) - o debate sobre a reprodução da força de trabalho a partir de uma teoria unitária

Ferguson e McNally (2017) afirmam que ao longo da história do feminismo, a questão do trabalho doméstico é discutida a partir de duas abordagens: a da *divisão sexual do trabalho* e a da *reprodução social*. A primeira é considerada pela autora e pelo autor como uma crítica meramente moral do trabalho, pois ao se analisar a opressão da mulher a partir de uma divisão sexual dentro da família, sua libertação da mulher estaria na sua incorporação à produção. Nessa abordagem não está presente um questionamento sobre a importância do trabalho reprodutivo para a acumulação de capital. Na abordagem da reprodução social, embora o trabalho reprodutivo atribuído às mulheres seja anterior ao capitalismo, a chave para compreender a opressão das mulheres na sociedade capitalista é entender o papel do trabalho





reprodutivo para a acumulação de capital. Neste caso, a crítica é econômico-política, pois localiza o lugar do trabalho feminino na reprodução da sociedade capitalista como um todo.

A proposta de Young (1981), de que a opressão das mulheres pode ser explicada pelo materialismo histórico-dialético, sob uma perspectiva unitária, é acolhida pela abordagem da *reprodução social*. No entanto, “em vez de localizar a base desse modelo na divisão generificada do trabalho (como fez Young), toma-se a produção e reprodução diária e geracional da força de trabalho como ponto de partida” (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 32).

As feministas marxistas da reprodução social, pensando em uma elaboração de uma Teoria da Reprodução Social (TRS), passam a propor o retorno à teoria marxiana sobre as relações de produção em “*O Capital*” (MARX, 1988) para entender a raiz da opressão das mulheres na sociedade capitalista.

A obra mais expressiva e conhecida é a de Lise Vogel (2013), “*Marxismo e opressão às mulheres, por uma teoria unitária*”. Em vez de se preocupar com fazer uma síntese entre marxismo e feminismo, como vinha fazendo a tradição das feministas materialistas e socialistas, e de cair em um ecletismo teórico, Vogel (2013) se propõe a ampliar o marxismo e a desenvolver as principais categorias de “*O Capital*”.

A partir daí, aponta que Marx identifica a capacidade de trabalho, a força de trabalho, como uma “mercadoria especial”, a que sustenta todo o sistema de produção de mais-valor e a que coloca em andamento todo o processo de produção, a que faz o sistema funcionar. Vogel (2013) retoma dos ensinamentos de Marx, que para que o capitalismo possa existir e se reproduzir é imprescindível que exista um *exército industrial de reserva*. Isto foi necessário, inclusive, para que o capitalismo pudesse surgir e se consolidar através de um processo de *acumulação primitiva*. Os cercamentos, a desapropriação violenta e a expulsão do campo de uma massa enorme de pessoas, condenadas a vender sua força de trabalho por um salário, nas cidades, para garantir seus meios de vida, foram parte dos processos que deram condições para que a dinâmica sistemática de acumulação de capital pudesse ser lançada. O capital, em outras palavras “pode ganhar vida somente quando o proprietário dos meios de produção e subsistência encontra no mercado o trabalhador livre, vendendo sua força de





trabalho. E essa condição histórica única compreende uma história do mundo” (MARX *apud* FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 34).

Porém, segundo Vogel (2013), a pergunta sobre como a “mercadoria especial”, a força de trabalho, é ela mesma produzida, não foi aprofundada por Marx e nem por Engels nas suas obras. A autora parte da compreensão de que a força de trabalho não é reproduzida no processo de produção, senão, em um local baseado nos laços de parentesco, na família da classe trabalhadora.

A família, que antes era compreendida por outras teóricas feministas como o lugar de opressão das mulheres, cujas dinâmicas internas era o que realmente deveria ser investigado, passa a ser analisada em sua relação estrutural com a reprodução do capital. Ainda que a família seja uma unidade barata e confiável para o processo de socialização, disciplinamento e produção de subjetividades da força de trabalho, um dos espaços privilegiados da reprodução social e de opressão para as mulheres, para Vogel (2013), a raiz dessa opressão não podia ser explicada apenas dentro do lar. Por exemplo, orfanatos, escolas, hospitais, comedores, também são espaços de reprodução da força de trabalho. Sua contribuição principal foi mostrar a importância social do trabalho de reprodução para o capital, mesmo quando não é realizado dentro da esfera privada e nem por uma mãe, esposa, filha. A opressão das mulheres na sociedade capitalista teria, portanto, suas raízes sociomateriais na relação entre a reprodução social e a acumulação de capital.

Para Vogel (2013), é necessário compreender, não através de uma concepção mecanicista, que a extração e a acumulação de mais-valia estão no coração do capitalismo e que será a produção de valor que determinará as diferentes dinâmicas das distintas dimensões da vida social na sociedade capitalista. A reprodução social, portanto, está subordinada à produção.

Contudo, a organização da vida social na sociedade capitalista se dá a partir da contradição essencial entre capital e trabalho. Por um lado, o capital busca organizar a reprodução em função da sua reprodução ampliada, sob sua lógica de (super)acumulação (o que é, inclusive, o fundamento da sua crise) e, por outro, encontra resistência na luta por sua sobrevivência da própria força de trabalho.





O feminismo marxista da TRS buscará compreender como o capital tenta subordinar a vida social à produção de valor no processo de reprodução da força de trabalho e como esse processo se materializa e concretiza na cotidianidade, nos diversos espaços que reproduzem a vida. Apontam que a reprodução social se realiza em três esferas: na família, no Estado e suas instituições e no mercado.

O trabalho reprodutivo estendido para além da família, como ao Estado e suas instituições (educativas, de saúde, de recreação, de assistência etc.), ou ao mercado (onde os serviços sociais são mercadorias), também mantém sua lógica estrutural-estruturante de opressões. A força de trabalho e os serviços sociais prestados de reprodução, nesses espaços, são também desvalorizados social e monetariamente, já que obedecem à lógica de que tudo que está vinculado ao trabalho reprodutivo deve ser sempre o mais barato para o capital. Obedece às “leis tendenciais” do capitalismo, descobertas por Marx, que expressam que o capital sempre tentará diminuir os custos da força de trabalho para aumentar seu mais-valor. Assim, o capital busca sistematicamente reduzir os custos dos salários e dos serviços sociais dos quais depende a sobrevivência da força de trabalho, das políticas sociais, para aumentar sua rentabilidade.

Ao manter a lógica das opressões como dimensões da concretude da exploração capitalista, os processos de reprodução que o capital promove são processos diferenciados de reprodução. A reprodução da força de trabalho é marcada pela classe, por exemplo, quando as crianças da classe trabalhadora têm acesso aos serviços que não são os mesmos aos que têm acesso as crianças da classe dominante. Mas é também diferenciada em relação ao gênero, à raça, à sexualidade e à territorialidade. As divisões racial/étnica, cis-hetero-binária-generificada, territorial/internacional como dimensões indissociáveis da divisão social do trabalho,

têm importância fundamental na determinação do valor da força de trabalho de cada conjunto de trabalhadoras/es em particular e da classe trabalhadora em geral. Tem importância fundamental, portanto, na determinação das taxas de lucro, do valor de todas as mercadorias e na reprodução capitalista de maneira geral (MACHADO-GOUVEA; CARDUZ-ROCHA, 2021, p. 265, tradução nossa).





A TRS explica que, como o capital necessita de diferentes tipos de força de trabalho, que serão desvalorizadas pelo racismo, sexismo, xenofobia, homofobia etc., a constituição dessas diferenciações e, portanto, das opressões começam no próprio processo de reprodução das mesmas. Quando para reproduzir uma força de trabalho da qual só se espera força física ou pouca qualificação, gasta-se muito pouco com essa reprodução desde o início, em educação, saúde, cuidados etc. As desigualdades territoriais, o colonialismo e o imperialismo também têm um papel nessa diferenciação, como podemos verificar no papel desempenhado pelas imigrações. As mulheres imigrantes e, também, as migrantes dentro de um mesmo país, são as que assumem os trabalhos de reprodução de outras trabalhadoras, de maneira remunerada, mas em piores condições. São, por exemplo, aquelas que recebem uma remuneração para trabalhar como domésticas, cuidadoras de crianças, de pessoas com deficiências, idosas e/ou doentes etc.

O capital busca por todos os meios, em princípio, privatizar a reprodução social, mas também desumanizar e degradar as condições de vida da força de trabalho. Esses processos diferenciados de reprodução social também implicam em uma desumanização diferencial da força de trabalho. Fundamental a reprodução do racismo, do sexismo, da misoginia, da bi, lesbo, trans, homofobia, da xenofobia, do capacitismo...

Covid-19, TRS e luta de classes

Encontramos na TRS, portanto, uma teoria que responde às demandas das lutas atuais, que se expressam nas ruas pelos movimentos sociais e partidos políticos, lutas pela educação e saúde públicas, pelo emprego, pela moradia, lutas antirracistas, contra o sexismo e a misoginia, anti-imperialista, contra o capacitismo, contra a bi, lesbo, trans, homofobia e a xenofobia, pela defesa da natureza etc., pois sua perspectiva de análise busca apreender as expressões das diferentes opressões como produto das desigualdades estruturais e estruturantes da (re) produção capitalista, reconhecendo-as como parte da luta de classes.

O aporte marxista da TRS concentra-se naqueles sujeitos e formas de trabalho através dos quais as habilidades para satisfazer as necessidades da vida são (re)produzidas e colocadas





em movimento, seja focando nos indivíduos sociais e sua força de trabalho na família ou nas demais relações sociais através das quais a reprodução social ocorre. A TRS aponta para a indissociabilidade entre opressão e exploração e sua relação de determinação e sobredeterminação.

Battacharya (2019) explicita que a TRS é essencial para compreender certos aspectos-chave do capitalismo: 1) “a unidade da totalidade socioeconômica”, na qual trabalho assalariado e trabalho doméstico, produção e reprodução fazem parte de um mesmo processo, rompendo com a perspectiva dualista e dicotômica entre produção e reprodução; e 2) “a contradição entre acumulação do capital e produção social”, elemento essencial da luta de classes, já que a classe trabalhadora explorada luta por melhores condições de vida e existe para além do seu local de trabalho (p. 18).

Trata-se da análise-chave sobre as relações entre classe, raça, gênero, sexualidade e territorialidade no capitalismo e para a compreensão do trabalho de (re)produção à luz da conjuntura de pandemia na crise estrutural e suas refrações na “*questão social*”, buscando enfatizar o carácter estrutural-estruturante da divisão social racial/étnica, cis-hetero-binária-generificada, territorial/internacional do trabalho para a (re)produção capitalista.

Como argumentado por Tithi Bhattacharya (JAFFE, 2020), a pandemia da Covid-19 escancarou a centralidade das atividades de (re)produção de vida como pilar da (re)produção capitalista. Além disso, também demonstrou o valor do cuidado, bem como as grandes “desigualdades de cuidado” vividas por diferentes comunidades e indivíduos em todo o mundo. Na priorização do capital em detrimento da vida, ficou evidente que a força de trabalho reprodutiva é força de trabalho essencial, da linha de frente de enfrentamento da crise e da pandemia, que a solidariedade de classe, raça, gênero, tem sido a única certeza na luta pela vida e pela sobrevivência.

A pandemia da Covid-19 mostrou que não podemos confiar nas leis que regem a nossa reprodução social e colocou em questão a própria forma de sua organização. Coloca-se em evidência que vivemos uma crise reprodutiva como nenhuma outra antes e que sua força de trabalho tem poder de (re)organização.



Referências

ACNUR. *Día Internacional contra la homofobia, lesbofobia, transfobia y bifobia*. In: La Agencia de la ONU para los Refugiados. 2020. Disponível em: <<https://www.acnur.org/es-mx/noticias/press/2020/5/5ec020ce4/dia-internacional-contra-la-homofobia-lesbofobia-transfobia-y-bifobia.html>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

ARRUZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. In: *Revista Outubro*, n. 23, 2015.

ARRUZA, C. *Ligações Perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*. Lisboa: Edições Combate, 2010.

BATTACHARYA, T. Explicando a violência de gênero no neoliberalismo / Explaining gender violence in the neoliberal era. Tradução: Laura Viríssimo. *Revista Marx e o Marxismo*, v. 7, n.12, jan./jun. 2019.

BATTACHARYA, T. How Not To Skip Class: Social Reproduction of Labor and the Global Working Class. *Viewpoint Magazine*, oct. 2015. Disponível em: <<https://viewpointmag.com/2015/10/31/how-not-to-skip-class-social-reproduction-of-labor-and-the-global-working-class/>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. *Dossiê Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra); Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), 2021. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

CARCANHOLO, M. D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. *Rev. econ. contemp.* [online], v. 12, n. 2, 2008. p. 247-272. ISSN 1980-5527. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482008000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 abr. 2021.

DALLA COSTA, M.; JAMES, S. *The power of women and the subversion of the community*. Bristol: Falling Wall Press and a group of individuals from the Women's Movement in England and Italy, 1975.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DURIGUETTO, M. L. O olhar pós-moderno dos Novos Movimentos Sociais. *In: XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social*, 2009, Guayaquil - Equador. *El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafíos para su formación, articulación y acción profesional*, 2009. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-305.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

FERGUSON, S.; MCNALLY, D. Capital, força de trabalho e relações de gênero. *In: Revista Outubro*, n. 29, p. 23-59, nov. 2017.

FERREIRA, L.; SILVA, V. R. 2020: o ano da pandemia e seu impacto nas mulheres, pessoas negras e LGBTQ+. *Gênero e Número*, 2020. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/retrospectiva-2020/>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

FRASER, N. "Crisis of Care? On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Capitalism". *In: BHATTACHARYA, T. (org.). Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. Londres: Pluto Press, 2017.

HARTMANN, H. "The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union" [1975]. *In: SARGENT, L. (org.). Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism*. Montreal: Black Rose Books, 1981.

JAFFE, S. Social Reproduction and the Pandemic, with Tithi Bhattacharya. *Dissent Magazine*, apr. 2020. Disponível em: <https://www.dissentmagazine.org/online_articles/social-reproduction-and-the-pandemic-with-tithi-bhattacharya?fbclid=IwAR1VeD3LGcmCt_PjoL3SOMKVpp4AZEE3mKuyGwbFpWzDsfguDb1Lk2jUncU>. Acesso em: 05 abr. 2021.

KOLLONTAI, A. *La mujer en el desarrollo social*. China: Ocean Sur, 2016.

LUXEMBURGO, R. A crise da social-democracia (brochura de Junius) (1916). *In: LOUREIRO, I. (org.). Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, pp.77-100.

MACHADO-GOUVEA, M.; CARDUZ-ROCHA, C. Trabajo Social y lucha antirracista, antipatrical y anti-imperialista: una actitud política necesaria. *Revista Eleuthera*, Universidad de Caldas, Colombia, 2021.

MARX, K. O processo de produção do capital. *In: MARX, K. O Capital – Crítica da economia política*. Livro 1. v. 2. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MORAES, L. de C. G. Feminismo e Marxismo: contribuições para o debate por Hartmann, Young e Arruzza. *Marx e o Marxismo. NIEP-Marx*, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://www.niepmarx.blog.br/Mmanteriores/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC30/MC301.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- MORTON, P. Women's work is never done. *In: Women unite! An Anthology of the canadian women's movement*. Toronto: Canadian Women's Educational Press, 1972.
- NETTO, J. P. Cinco Notas a Propósito da "Questão Social". *Temporalis*, Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.
- NOGUEIRA, C. M.; PASSOS, R. G. A Divisão Sociossexual e Racial do Trabalho no Cenário da Epidemia do Covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. *Cad. CRH [online]*, v. 33, 2020. ISSN 1983-8239. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792020000100516&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- ONU MUJER. El impacto de la pandemia por COVID 19 en la violencia contra las mujeres. *ONU Mujeres – América Latina y el Caribe*, nov. 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/brasil>>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- OXFAM BRASIL. Pandemia e desigualdades: super-ricos recuperam perdas em tempo recorde, os mais pobres terão que esperar mais de uma década. 2021. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/publicacao/pandemia-e-desigualdades/>>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- PÓLIS, Instituto. Raça e covid no município de São Paulo. São Paulo, jun. 2020. Disponível em: <<https://polis.org.br/estudos/raca-e-covid-no-msp/>>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SECCOMBE, W. "The Housewife and Her Labour under Capitalism". *In: New Left Review Issue*, 83, jan./feb. 1974.

SOF, SempreViva Organização Feminista. Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. 2020. Disponível em: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

SOUTO, L.; BRANDALLISE, C. Brasil teve 12 denúncias de violência contra mulher por hora em 2020. *UOL*, mar. 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/03/07/ministerio-da-mulher-apresenta-dados-de-2020>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

STROPASOLAS, P. Covid-19, informalidade e trabalho escravo: o ano dos imigrantes no Brasil. *Brasil de Fato*, São Paulo, dez. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/12/27/Covid-19-informalidade-e-trabalho-escravo-o-ano-dos-imigrantes-no-brasil>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

VOGEL, L. *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013.

YOUNG, I. "Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory". In: SARGENT, L. (org.). *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism*. Montreal: Black Rose Books, 1981.

VIEIRA, B. M. N° de mortes ultrapassa pela primeira vez na história o de nascimentos na região sudeste do país na 1ª semana de abril. *G1SP e Jornal da Globo*, São Paulo, abr. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/04/08/numero-de-mortes-ultrapassa-pela-primeira-vez-na-historia-o-de-nascimentos-na-regiao-sudeste-do-pais-em-abril.ghtml>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

VOGEL, L. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013 [1983].

Notas

1 Nossa América se refere à América Latina e o Caribe. Em sua obra com mesmo título, José Martí faz um chamado de união entre os povos destas terras, como forma de nos reapropriarmos do nome América, usurpado pelos estadunidenses como sendo somente seu. ↑

2 Ao longo do texto escrevemos (re)produção com o intuito de expressar a unidade dialética que existe entre produção e reprodução, cujas dimensões são inseparáveis e fazem parte de um mesmo processo, concordando com Marx e com autoras marxistas que são referências na nossa pesquisa como Arruza (2010, 2015), Battacharya (2015, 2019), Ferguson; McNally (2017), Saffioti (2015) e Vogel (2013[1983]). ↑

3 Partimos do reconhecimento de que a crise é econômica, política (do Estado burguês), social, cultural, energética, alimentar, hídrica, ambiental, de transtorno climático, enfim, uma crise da sociedade na sua totalidade, uma crise de civilização. Trata-se da continuação e desdobramento da crise da década de 1960 e que expressa o esgotamento do Estado de Bem-Estar Social e do modelo fordista de acumulação. A partir da década de 1980, o capitalismo mundial reconfigura suas relações de (re) produção e entra em uma nova dinâmica, de reestruturação produtiva. Nos países de caráter dependentes, como o Brasil, a reestruturação produtiva e a implementação do neoliberalismo, a partir da década de 1990, apenas aprofundaram a condição da dependência dentro da lógica mundial de acumulação capitalista (CARCANHOLO, 2008). ↑

4 Em nossa pesquisa sobre a história do feminismo, deparamo-nos com uma cronologia definida, de modo sucinto, da seguinte maneira: “Primeira Onda” (século XIX até início do século XX), “Segunda Onda” (a partir da década de 1960) e “Terceira Onda” do feminismo (a partir da década de 1990). Cada “onda” possui reivindicações específicas e corresponde às respostas do movimento feminista às contradições de seu tempo, mas, também, de divergências com as “ondas” anteriores. Porém, é importante destacar que a resistência e a luta das mulheres não começam com o feminismo, senão que remontam à exploração, dominação, subordinação e opressão da sua condição, com a criação da propriedade privada, a imposição da monogamia para as mulheres e do patriarcado. ↑

5 Concordamos com Ferguson e McNally (2017) que “[...] embora não haja uma linha clara e definida que distinga o feminismo socialista do feminismo marxista, este último tende a identificar-se a si mesmo, explicitamente, com o materialismo histórico e a crítica marxista da Economia Política. É neste sentido que usamos o termo” (p. 27, nota de rodapé 2). ↑

6 São referências nesse debate as autoras socialistas Davis (2016) e Kollontai (2016). ↑

7 Autoras(es) como Mariarosa Dalla Costa e Selma James (1975), Wally Seacombe (1974) e Peggy Morton (1972), cada qual com sua posição, desafiaram o marxismo “tradicional” a problematizar o trabalho doméstico. ↑

8 O arcabouço marxista passa a ser utilizado para compreender as opressões de gênero e a classe social passa a ser uma classe sexual. As teorias dos sistemas “duplos ou triplos”, assim como a da “consustancialidade” do materialismo francês, são exemplos das diferentes formas nas quais a intersecção patriarcado, racismo e capitalismo passaram a ser teorizados (ARRUZZA, 2010). ↑



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em maio de 2022 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).